

AS QUESTÕES PARADOXAIS DO AMBIENTE PRÉ-POLÍTICO - COMO O PENSAMENTO DE ARENDT NOS ENSINA A PENSAR A EDUCAÇÃO

Matheus da Silva Fancheli Fernandes (PIC), Max Rogério Vicentini (Orientador). E-mail: ra136541@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

70100004 - Filosofia e 70101000 - História da Filosofia

Palavras-chave: Educação; política; natalidade.

RESUMO

Este trabalho analisa, a partir do pensamento de Hannah Arendt, as questões paradoxais do ambiente pré-político e suas implicações para a compreensão da educação. O estudo tem como objetivo identificar e discutir categorias centrais — como natalidade, pluralidade, igualdade e crise da autoridade — e seu papel na definição do lugar da educação no organismo político. A pesquisa foi conduzida por meio de uma leitura comparada de *A crise na educação* (2016) e *Reflexões sobre Little Rock* (2004), complementada por *A promessa da política* (2010) e por textos de comentadores. A metodologia consistiu em destacar elementos conceituais que, presentes em uma obra, pudessem esclarecer passagens da outra, priorizando o exame das questões filosóficas e conceituais sobre eventos históricos específicos. Os resultados indicam que, para Arendt, a educação se situa na esfera social, mediando a transição entre a vida privada e a vida pública, e deve preservar a possibilidade do novo sem romper com a continuidade do mundo. A crise da autoridade, decorrente da erosão da tradição, fragiliza essa função, expondo a tensão entre acolher o inédito e proteger o mundo comum. Conclui-se que essa tensão permanece atual nas discussões sobre educação e revela a importância de compreender a função política e apolítica do ato de educar.

INTRODUÇÃO

O trabalho filosófico sobre questões educacionais de Hannah Arendt não se estende em uma grande obra ou um sistema. Tanto menos apresenta-se como um modelo ou um método para resolução dos problemas presentes nas escolas ou universidades, nem foi o foco de sua trajetória. No entanto, como ensaísta, Arendt por algumas vezes tratou sobre o tema, para abordar acontecimentos pontuais, como a dessegregação nas escolas em *Reflexões sobre Little Rock* ou os problemas americanos em *A crise da educação*.

Assim, incorre em engano quem considera o trabalho da autora como algo diferente da filosofia, ausente de fundamentos ou incapaz de esclarecer sobre o tema — por seu caráter de ensaio. Isso porque, segundo a própria filósofa, em *A crise da*

educação, seu trabalho não estava no intento de estudar casos pontuais ou resolvê-los, mas, a partir deles e aproveitando a oportunidade da crise manifesta, compreender o “papel que a educação desempenha em toda civilização” e “sobre a obrigação que a existência de crianças impõe a toda sociedade humana” (Arendt, 2016, p. 189).

Deste modo, as duas obras da autora destacam-se no desvelamento de questões educacionais, enquanto demonstram a natureza política da situação e sua influência, tratando-a como um problema de primeira classe, no que se refere à questão dos indivíduos particulares e de sua existência análoga à vida política das civilizações. Sendo assim, é de significativa relevância compreender: a origem e a necessidade da educação quanto à questão da natalidade e da pluralidade; o espaço em que a educação se situa no organismo político e qual seu papel nele; a questão da autoridade, sua crise e o impacto na responsabilidade sobre a criança e sobre o mundo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado com o intuito de desenvolver uma leitura comparada dos textos *A crise na educação* (2016) e *Reflexões sobre Little Rock* (2004), de Hannah Arendt. Foram utilizados, para além das fontes primárias, artigos de comentadores e, de modo especial, o apoio do livro *A promessa da política*, de Hannah Arendt (2010). Empenhamo-nos na busca por estabelecer e analisar conceitos-padrão de um suposto pensamento educacional da filósofa, procurando fatores presentes em algum dos textos que pudessem iluminar questões que permaneciam obscuras no outro. Para isso, ao considerar o método ensaístico da filósofa, optamos por deixar de lado as questões pontuais tratadas nos textos analisados, como o conflito da educação conjunta de negros e brancos ou a crise educacional americana, para tratar das questões filosóficas e conceituais que pudessem servir como algum princípio de universalização do pensamento educacional arendtiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Hannah Arendt dedicou a maior parte de sua produção filosófica à reflexão política. Desta forma, abordou o tema educação em alguns momentos, sem distanciá-lo de sua grande área de atuação, conferindo à educação uma natureza dentro do organismo político. Contudo, isso não se apresenta como uma novidade para a tradição nem da filosofia da educação nem da filosofia política; não por acaso, o primeiro grande texto e, talvez, um dos mais referenciados quanto aos dois temas seja *A República*, de Platão. Da mesma forma, a educação foi abordada em diversos trabalhos como elemento fundamental para a formação e a coesão da comunidade política, ou ainda como uma necessidade para sua preservação. No entanto, Hannah apresenta questões inovadoras quanto à origem e natureza da educação e seu verdadeiro papel na civilização, e, de forma especial, uma questão paradoxal entre a natureza e o fim político da educação, mesmo enquanto origem e esfera apolítica.

Um de seus principais passos é tratar a origem da educação na natalidade, pois a educação existe diante do fato “da vinda de novos seres ao mundo”, que, por meio do nascimento, “se renova continuamente” (Arendt, 2016, p. 189). No entanto, isso não se apresenta como uma inovação imediata — já está na tradição da filosofia da educação tratar da questão da natalidade humana e da diferença com os animais, que não precisam ser educados —, mas a centralidade que a questão da natividade assume e a consequência disso serão vitais para seu pensamento.

Isso porque, para Arendt, o fato da natalidade e dos novos seres no mundo implica na questão da pluralidade, que será a grande questão fundamental de seu entendimento político. Não por acaso, Arendt (2010, p. 144-145) inicia sua introdução à política de forma tão clara: “A política se baseia no fato da pluralidade humana” e, mais à frente, “política diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes”. O fato da natalidade promove um mundo plural e, em especial, sempre novo, tornando a educação uma das “atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento” (Arendt, 2016, p. 189).

Todavia, Arendt aponta em diversos de seus trabalhos a condição política da igualdade. Em *Reflexões sobre Little Rock* (2004, p. 272), deixa claro ao afirmar que “a igualdade não tem só sua origem no corpo político; a sua vida é claramente restrita à vida política”. Contudo, o fato da pluralidade, que antes apontamos, entra diretamente em conflito, por vezes, com a igualdade política. Isso porque, quando a igualdade se limita à esfera política, encontra seu modo de ser e agir dentro das atribuições e do direito de falar e ser ouvido; mas, quando supera a esfera política, acaba por causar danos. Esse pressuposto é vital para entender o empenho educacional realizado por Hannah Arendt: a divisão da esfera em que a educação se situa.

Deste modo, um passo importante dado por Arendt, que irá permear grande parte de suas obras filosóficas, será a inclusão de uma terceira esfera da vida humana, que, por sua vez, permaneceu por quase toda a tradição filosófica presa na dicotomia entre público e privado. Esse terceiro elemento será a esfera social, que possui suas próprias regras e é onde se localiza a educação. Deste modo, Arendt organiza as três esferas sobre princípios claros: a esfera pública/política, sobre o princípio da igualdade; a esfera social, regida pelo princípio da discriminação; a esfera privada, pelo princípio da exclusividade. Logo, a mistura ou entrada de um desses princípios em uma esfera diferente da natural acaba por incorrer em alguma anomalia.

Sendo assim, é necessário compreender de forma clara e evidente o papel que a educação ocupa e em que local está situada, pois, para Arendt (2016, p. 192), “a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez através da escola. No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo” e continua: “ela é ... a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição”. Desta forma, a escola irá representar para a criança o mundo, mas sem que precise simular tal fato, assumindo aqui o chamado para a vida pública e o desenvolvimento das potências do inédito indivíduo novo e nunca visto.

Neste momento, emerge o grave problema: a crise da autoridade que abarca a questão contemporânea. Isso porque os adultos devem responsabilizar-se pela segurança e desenvolvimento dessas crianças para que “nada de destrutivo lhe aconteça de parte do mundo” (Arendt, 2016, p. 190). Desse modo, os adultos — e, de forma especial, os educadores — assumem o papel de representantes do mundo. Para isso, no entanto, precisam assumir, de certo modo, uma responsabilidade pelo curso das coisas do mundo, o que, todavia, gera constantemente um conflito entre a casa e a escola, ou entre a casa e a rua, como Arendt demonstra em *Reflexões sobre Little Rock*. Esse conflito resulta de uma grave crise na tradição e da perda da força do que a filósofa chama de “senso comum”, dado que “a velha crença no caráter sagrado da fundação num passado longínquo deu lugar à nova crença no progresso” (Arendt, 2010, p. 98) e, tendo em vista que a educação “volta-se inevitavelmente para o passado” (Arendt, 2016, p. 198), ela não possui — e provavelmente nem possa encontrar — agentes que consigam assumir a responsabilidade pelo mundo, já que não foram formados por esse e para esse mundo, nem através de uma clara tradição, ao passo que o mundo volta-se para um futuro que só existe como potência. Fica evidente, então, que a crise na educação está profundamente relacionada à quebra de um mundo estruturado.

CONCLUSÕES

Para Arendt, a educação deve preservar a possibilidade do novo sem sufocá-lo com exigências prematuras de conformidade política, garantindo ao mesmo tempo a continuidade do mundo. Esse equilíbrio é frágil, sobretudo quando a tradição se rompe e o progresso se impõe como valor absoluto. Como afirma a filósofa, “o mundo necessita de proteção, para que não seja derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada nova geração” (Arendt, 2016, p. 190). O desafio consiste, portanto, em proteger o mundo desse assédio constante sem impedir que cada nova geração traga sua contribuição singular — paradoxo que permanece atual nas discussões sobre educação.

REFERÊNCIAS

- ARENDR, H. A crise na educação. In: ARENDR, H. *Entre o passado e o futuro*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. p. 178-199.
- ARENDR, H. *A promessa da política*. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.
- ARENDR, H. Reflexões sobre Little Rock. In: ARENDR, H. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.